

Aula 13

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Processual Civil - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:

Thaís de Cássia Rumstain

30 de Junho de 2025



Queridas Corujas, temos aqui, mais um simulado! Façam como se estivessem na prova. Confiram o gabarito e depois vejam os comentários das questões. Confie em você e nos estudos realizados até agora!

Boa sorte!

QUESTÕES

1. Mario ajuizou ação de cobrança contra Moisés, julgada extinta pelo Magistrado sem resolução de mérito. Nesta hipótese, nos termos preconizados pelo Código de Processo Civil brasileiro, Mario não poderá intentar novamente a ação se a extinção do processo ocorrer com fundamento na

- A) ilegitimidade de parte.
- B) perempção.
- C) convenção de arbitragem.
- D) desistência do autor.
- E) confusão entre autor e réu.

2. Após ser citado em uma ação de indenização, o réu declarou e comprovou que a dívida já estava prescrita. Intimado o autor para se manifestar sobre essa tese de defesa, resolveu desconstituir o seu patrono. O juiz suspendeu o processo e intimou o autor pessoalmente para que, em 10 dias, sanasse o vício de sua representação processual. Passado o prazo sem qualquer manifestação do autor, poderá o juiz:

- A) decidir o mérito a favor do réu, rejeitando o pedido, não pronunciando a nulidade de falta de representação;
- B) extinguir o feito, sem resolução do mérito, por falta de representação processual;
- C) prosseguir com o processo, não sendo intimado o autor dos atos processuais seguintes;
- D) prosseguir com o processo, nomeando um curador especial ao autor;
- E) sobrestar o andamento do processo até que o autor regularize sua representação processual, no prazo máximo de 6 meses.



3. No que concerne à reconvenção, é correto afirmar que:

- A) o réu pode propô-la apenas contra o autor, sem lhe ser lícito incluir terceiro em seu polo passivo;
- B) o réu deve propô-la em peça autônoma, mas simultaneamente com a contestação;
- C) não pode ela ter o seu mérito julgado, caso o autor desista da ação;
- D) uma vez proposta, o autor será intimado pessoalmente para responder aos seus termos;
- E) a pretensão do reconvinte deve ser conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

4. No que se refere ao impedimento e à suspeição, é correto afirmar que:

- A) o juiz pode declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sendo-lhe obrigatório, para tanto, indicar as suas razões;
- B) é vedada a criação de fato superveniente a fim de caracterizar o impedimento do juiz;
- C) os motivos de impedimento e suspeição do juiz não se aplicam aos oficiais de justiça;
- D) a suspeição do juiz pode dar azo à propositura de ação rescisória da sentença de mérito por ele proferida;
- E) se o tribunal acolher a arguição de impedimento do juiz, formulada pela parte, determinará a remessa dos autos ao seu substituto legal, sem condenar o magistrado nas custas.

5. São elementos identificadores da ação:

- A) juízo, partes e pedido
- B) juízo competente, causa de pedir e demanda
- C) partes, causa de pedir e pedido
- D) partes, interesse processual e pedido
- E) causa de pedir, legitimidade e demanda

6. Segundo o Código de Processo Civil em vigor, assinale a alternativa que NÃO apresenta um requisito da petição inicial.

- a) Número do Registro Geral (RG) do autor e do réu.



- b) Estado civil do autor e do réu.
- c) A opção ou não do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.
- d) Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do autor e do réu.
- e) As provas com que o autor pretende demonstrar o pedido e suas especificações.

7. A alteração da legislação processual civil, em 2015, conseguiu agradar e desagradar aos processualistas nos mais variados aspectos. Dessa forma, considerando as normas processuais gerais, assinale a alternativa correta.

- a) O cônjuge não necessita do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário. O mesmo não se aplica quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- b) Para efeito forense, sábados e domingos são considerados feriados.
- c) O atual Código de Processo Civil inovou ao possibilitar demandar em juízo sem interesse e sem legitimidade.
- d) Quando a lei prescrever determinada forma, mas o ato for realizado de outra forma e atingir sua finalidade, o juiz deverá considerar este inválido.
- e) Qualquer decisão judicial será considerada como não fundamentada quando deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, mesmo quando demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

8. Com relação ao novo CPC, assinale a alternativa correta.

- a) O réu poderá oferecer contestação, por petição e através de advogado, no prazo de dez dias.
- b) Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, inclusive quando houver pluralidade de réus e somente um deles contestar a demanda.
- c) O ônus da prova caberá sempre ao autor da ação, que é quem está pleiteando algo, não sendo possível a inversão do ônus da prova ao réu.
- d) O juiz não resolverá o mérito quando o processo ficar parado mais de um ano por negligência das partes ou quando reconhecer a existência de perempção, litispendência ou coisa julgada.



e) Transitada em julgado a decisão de mérito, consideram-se resolvidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tão somente em relação ao acolhimento do pedido.



1.B	2.A	3.E	4.B
5.C	6.A	7.B	8.D

QUESTÕES COMENTADAS

1. Mario ajuizou ação de cobrança contra Moisés, julgada extinta pelo Magistrado sem resolução de mérito. Nesta hipótese, nos termos preconizados pelo Código de Processo Civil brasileiro, Mario não poderá intentar novamente a ação se a extinção do processo ocorrer com fundamento na

- A) ilegitimidade de parte.
- B) perempção.
- C) convenção de arbitragem.
- D) desistência do autor.
- E) confusão entre autor e réu.

O juiz não resolverá o mérito quando:	Haverá resolução de mérito quando o juiz:
I - Indeferir a petição inicial; II - O processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - Por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;	I - Acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção; II - Decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição; III - homologar:



IV - Verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;	a) o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção;
V - Reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada;	b) a transação;
VI - Verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;	c) a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.
VII - Acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência;	Obs: com exceção de quando o juiz reconhecer a prescrição e a decadência de ofício, culminando na improcedência liminar do pedido, ele deverá dar oportunidade para as partes se manifestarem.
VIII - Homologar a desistência da ação;	
IX - Em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal;	

É verdade que o pronunciamento judicial que não resolve o mérito, não obsta que a parte proponha de novo a ação.

Contudo, em se tratando de perempção que ocorre quando o autor der causa, por 3 x, a sentença fundada em abandono da causa. Nesta hipótese, ele não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.

No caso de extinção em razão dos motivos abaixo, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.

- Litispendência

- Indeferimento da petição inicial

- A ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo

- Ausência de legitimidade ou de interesse processual



- Alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência

Gabarito: B

2. Após ser citado em uma ação de indenização, o réu declarou e comprovou que a dívida já estava prescrita. Intimado o autor para se manifestar sobre essa tese de defesa, resolveu desconstituir o seu patrono. O juiz suspendeu o processo e intimou o autor pessoalmente para que, em 10 dias, sanasse o vício de sua representação processual. Passado o prazo sem qualquer manifestação do autor, poderá o juiz:

- A) decidir o mérito a favor do réu, rejeitando o pedido, não pronunciando a nulidade de falta de representação;
- B) extinguir o feito, sem resolução do mérito, por falta de representação processual;
- C) prosseguir com o processo, não sendo intimado o autor dos atos processuais seguintes;
- D) prosseguir com o processo, nomeando um curador especial ao autor;
- E) sobrestar o andamento do processo até que o autor regularize sua representação processual, no prazo máximo de 6 meses.

Bem interessante esta questão.

O autor desconstituiu seu advogado e, por isso, o juiz concedeu prazo para que a irregularidade fosse sanada, contudo, o autor nada fez.

Nesta situação, como o processo ainda está na instância originária, o CPC determina que ele seja extinto.

Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

§ 1º Descumprida a determinação, caso o processo esteja na instância originária:

- I - O processo será extinto, se a providência couber ao autor;
- II - O réu será considerado revel, se a providência lhe couber;
- III - O terceiro será considerado revel ou excluído do processo, dependendo do polo em que se encontre.

§ 2º Descumprida a determinação em fase recursal perante tribunal de justiça, tribunal regional federal ou tribunal superior, o relator:

- I - Não conhecerá do recurso, se a providência couber ao recorrente;



II - Determinará o desentranhamento das contrarrazões, se a providência couber ao recorrido.

O art.76 é complementado pelo art.485 que trata da sentença sem resolução de mérito, trazendo como uma de suas hipóteses a ausência dos pressupostos necessários para o desenvolvimento válido e regular do processo.

Art. 485 O juiz não resolverá o mérito quando:

I - Indeferir a petição inicial;

II - O processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;

III - Por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

IV - Verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

V - Reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada;

VI - Verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;

VII - Acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência;

VIII - homologar a desistência da ação;

IX - Em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal;

Então, estamos diante de uma nulidade processual e diante das nulidades, o juiz pode anular o processo. Por que pode, professor? Pois, quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

Pensem comigo, se não fosse assim, o autor da ação neste caso, poderia desconstituir o seu advogado com a nítida intenção de prejudicar o réu. Por isso, o CPC diz que nesta hipótese, o processo não será declarado nulo.

Gabarito: A

3. No que concerne à reconvenção, é correto afirmar que:

A) o réu pode propô-la apenas contra o autor, sem lhe ser lícito incluir terceiro em seu polo passivo;



- B) o réu deve propô-la em peça autônoma, mas simultaneamente com a contestação;
- C) não pode ela ter o seu mérito julgado, caso o autor desista da ação;
- D) uma vez proposta, o autor será intimado pessoalmente para responder aos seus termos;
- E) a pretensão do reconvinte deve ser conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

Art. 343. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa. (por isso, errada a "b" ver também o §6º) e (por isso, correta a "e").

§ 1º Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias. (por isso, errada a "d").

§ 2º A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção. (por isso, errada a "c").

§ 3º A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro. (por isso, errada a "a").

§ 4º A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

§ 5º Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.

§ 6º O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação. (por isso, errada a "b").

Gabarito: E

4. No que se refere ao impedimento e à suspeição, é correto afirmar que:

- A) o juiz pode declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sendo-lhe obrigatório, para tanto, indicar as suas razões;
- B) é vedada a criação de fato superveniente a fim de caracterizar o impedimento do juiz;
- C) os motivos de impedimento e suspeição do juiz não se aplicam aos oficiais de justiça;



D) a suspeição do juiz pode dar azo à propositura de ação rescisória da sentença de mérito por ele proferida;

E) se o tribunal acolher a arguição de impedimento do juiz, formulada pela parte, determinará a remessa dos autos ao seu substituto legal, sem condenar o magistrado nas custas.

Impedimento	Suspeição
<p>Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:</p> <p>I - Em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha;</p> <p>II - De que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão;</p> <p>III - Quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;</p> <p>IV - Quando for parte no processo ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;</p> <p>V - Quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo;</p>	<p>Há suspeição do juiz:</p> <p>I - Amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados;</p> <p>II - Que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio;</p> <p>III - quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive;</p> <p>IV - Interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.</p> <p>Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.</p>



<p>VI - Quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes;</p> <p>VII - Em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços;</p> <p>VIII - Em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório;</p> <p>IX - Quando promover ação contra a parte ou seu advogado.</p>	
--	--

- a) Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.
- b) É o gabarito. É vedada a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento do juiz.
- c)

Art. 148. Aplicam-se os motivos de impedimento e de suspeição:

I - Ao membro do Ministério Público;

II - Aos auxiliares da justiça;

III - Aos demais sujeitos imparciais do processo.

§ 1º A parte interessada deverá arguir o impedimento ou a suspeição, em petição fundamentada e devidamente instruída, na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos.

§ 2º O juiz mandará processar o incidente em separado e sem suspensão do processo, ouvindo o arguido no prazo de 15 (quinze) dias e facultando a produção de prova, quando necessária.



d) A ação rescisória é cabível quando a decisão transitada em julgada tiver sido prolatada por um juiz impedido ou absolutamente incompetente.

Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

I - Se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;

II - For proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente;

III - Resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei;

IV - Ofender a coisa julgada;

V - Violar manifestamente norma jurídica;

VI - For fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória;

VII - Obter o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;

VIII - For fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.

e) Acolhida a alegação, tratando-se de impedimento ou de manifesta suspeição, o tribunal condenará o juiz nas custas e remeterá os autos ao seu substituto legal, podendo o juiz recorrer da decisão.

Gabarito: B

5. São elementos identificadores da ação:

- A) juízo, partes e pedido
- B) juízo competente, causa de pedir e demanda
- C) partes, causa de pedir e pedido
- D) partes, interesse processual e pedido
- E) causa de pedir, legitimidade e demanda



O art.337, §2º, do CPC dispõe que uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido. Isso nada mais é do que os elementos da ação.

Não confundam com as condições da ação: legitimidade e interesse de agir.

Art. 17. Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.

Gabarito: C

6. Segundo o Código de Processo Civil em vigor, assinale a alternativa que NÃO apresenta um requisito da petição inicial.

a) Número do Registro Geral (RG) do autor e do réu.

b) Estado civil do autor e do réu.

c) A opção ou não do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

d) Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do autor e do réu.

e) As provas com que o autor pretende demonstrar o pedido e suas especificações.

Para responder à questão, exige-se o conhecimento do artigo 319, CPC, que trata dos requisitos essenciais da petição inicial. É necessário memorizar eles:

Art. 319. A petição inicial indicará:

I - O juízo a que é dirigida;

II - Os nomes, os prenomes, o **estado civil**, a existência de união estável, a profissão, **o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica**, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;

III - O fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV - O pedido com as suas especificações;

V - O valor da causa;

VI - **As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;**

VII - **A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.**

Gabarito: A



7. A alteração da legislação processual civil, em 2015, conseguiu agradar e desagradar aos processualistas nos mais variados aspectos. Dessa forma, considerando as normas processuais gerais, assinale a alternativa correta.

- a) O cônjuge não necessita do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário. O mesmo não se aplica quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- b) Para efeito forense, sábados e domingos são considerados feriados.
- c) O atual Código de Processo Civil inovou ao possibilitar demandar em juízo sem interesse e sem legitimidade.
- d) Quando a lei prescrever determinada forma, mas o ato for realizado de outra forma e atingir sua finalidade, o juiz deverá considerar este inválido.
- e) Qualquer decisão judicial será considerada como não fundamentada quando deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, mesmo quando demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Nessa questão a banca aumentou o nível de dificuldade por exigir do candidato conhecimento sobre diversos temas, Formação do Processo e Petição Inicial, Sujeitos da Relação Processual, Pressupostos Processuais, Noções Gerais, Atos Processuais, dentre outros. Então vamos aproveitar para aprofundar os seus estudos, mesmo que ainda não tenha estudado todos os temas trazidos pela banca.

a) **Incorreta.** O cônjuge necessita da autorização:

Art. 73. O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

b) **Correta.** É o que dispõe o artigo 216:

Art. 216. Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.

c) **Incorreta.** A lei exige interesse e legitimidade:

Art. 17. Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.

d) **Incorreta.** O ato poderá ser considerado válido se atingir a sua finalidade.



Art. 277. Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz **considerará válido** o ato se, realizado de outro modo, lhe **alcançar a finalidade**.

e) Incorreta. Aqui uma pegadinha, pois a alternativa trocou a expressão “sem demonstrar” por “mesmo quando”, alterando o disposto no artigo 489, VI:

Art. 489. São elementos essenciais da sentença:

I - O relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - Os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - Se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - Empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - Invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - Não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

V - Se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;

VI - Deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Gabarito: B

8. Com relação ao novo CPC, assinale a alternativa correta.

a) O réu poderá oferecer contestação, por petição e através de advogado, no prazo de dez dias.



b) Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, inclusive quando houver pluralidade de réus e somente um deles contestar a demanda.

c) O ônus da prova caberá sempre ao autor da ação, que é quem está pleiteando algo, não sendo possível a inversão do ônus da prova ao réu.

d) O juiz não resolverá o mérito quando o processo ficar parado mais de um ano por negligência das partes ou quando reconhecer a existência de perempção, litispendência ou coisa julgada.

e) Transitada em julgado a decisão de mérito, consideram-se resolvidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tão somente em relação ao acolhimento do pedido.

a) **Incorreta.** O prazo é de 15 dias:

Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de **15 (quinze) dias**, cujo termo inicial será a data

b) **Incorreta.** A revelia não produz efeito se houver pluralidade de réus:

Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

Art. 345. **A revelia não produz o efeito** mencionado no art. 344 se:

I - **Havendo pluralidade de réus**, algum deles contestar a ação;

c) **Incorreta.** O CPC distribui o ônus da prova da seguinte forma (regra geral do ônus da prova):

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - **Ao autor**, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - **Ao réu**, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

d) **Correta.** Mais um artigo importante e que precisa ser memorizado, pois trata das hipóteses de extinção do processo SEM julgamento do mérito:

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

I - Indeferir a petição inicial;

II - **O processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;**



- III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;
- IV - Verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;
- V - **Reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada;**
- VI - Verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;
- VII - Acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência;
- VIII - Homologar a desistência da ação;
- IX - Em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal; e
- X - Nos demais casos prescritos neste Código.

e) Incorreta. Dispõe o artigo 508:

Art. 508. Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas **as alegações e as defesas** que a parte poderia opor tanto ao **acolhimento quanto à rejeição do pedido**.

Gabarito: D



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.